



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI RESTRIÇÃO
DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2025**



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO ACADÊMICO**

POLIANA LOVATTO

**A INTERAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DO MAR E O
DIREITO INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTROLE
DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA: UMA RELEITURA DA
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS,
PORÉM DIFERENCIADAS E RESPECTIVAS CAPACIDADES NO
TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL**

CAXIAS DO SUL

2025

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO ACADÊMICO

POLIANA LOVATTO

**A INTERAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DO MAR E O
DIREITO INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTROLE
DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA: UMA RELEITURA DA
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS,
PORÉM DIFERENCIADAS E RESPECTIVAS CAPACIDADES NO
TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL**

Tese submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, tendo como Área de Concentração “Direito Ambiental e Sociedade”, Linha de Pesquisa “Direito Ambiental e Novos Direitos”.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Camargo Subtil

CAXIAS DO SUL

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

L896i Lovatto, Poliana

A interação entre o direito internacional do mar e o direito internacional das mudanças climáticas no controle das emissões de gases de efeito estufa [recurso eletrônico] : uma releitura da aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades no transporte marítimo internacional / Poliana Lovatto. – 2025.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2025.

Orientação: Leonardo de Camargo Subtil.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Transporte marítimo internacional. 2. Responsabilidade (Direito). 3. Direito internacional. 4. Direito ambiental. I. Subtil, Leonardo de Camargo, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 656.61(100):34

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

POLIANA LOVATTO

**A INTERAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DO MAR E O
DIREITO INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTROLE
DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA: UMA RELEITURA DA
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS,
PORÉM DIFERENCIADAS E RESPECTIVAS CAPACIDADES NO
TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL**

Trabalho de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (PPGDir/UCS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Direito. Área de Concentração: Direito Ambiental e Sociedade.

Aprovada em: 13 de junho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Leonardo de Camargo Subtil
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profa. Dra. Alessandra Lehmen
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profa. Dra. Talissa Truccolo Reato
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Dr. George Rodrigo Bandeira Galindo - UnB

Prof. Dr. Lucas Carlos Lima - UFMG

AGRADECIMENTOS

Em cada jornada, há momentos de intensa reflexão. Ao concluir esta etapa do doutorado, percebo que essa viagem, embora por vezes solitária, foi, na verdade, compartilhada com muitas pessoas que, de maneira única e significativa, se tornaram partes fundamentais desse processo.

Primeiramente, expresso minha eterna gratidão a Deus e aos meus pais, cujos ensinamentos e amor foram o alicerce para tudo o que sou. Ao meu orientador, agradeço profundamente pela orientação, pela paciência e por me ajudar a moldar minhas ideias com sabedoria e generosidade. Sua contribuição vai além da pesquisa; ela reflete no meu crescimento enquanto pessoa.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, a minha tia Nelsi, que foi o maior suporte durante esses desafiadores anos, e ao Pablo, obrigada por compartilharem risos, desafios e conquistas. E, claro, à minha família, que com amor incondicional me deu força para continuar, mesmo nos momentos de dúvida: ao meu irmão, aos meus avós, tios e tias, à minha prima e ao meu primo, vocês tornaram meu caminho mais leve.

Às minhas amigas, que na verdade são família, em especial Suelen C., Suelen F., Fran, Gi, Indi e Vane, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, compreensão e uma dose de leveza nos momentos mais difíceis. Aos meus colegas e amigos de trajetória acadêmica, cito com carinho especial Jéssica, Emanuela, Gerusa, Mário, Juliana e Fran. Vocês foram meu alicerce, tanto nas manhãs frias quanto nas ensolaradas.

Agradeço à CAPES e ao PPPGDir UCS pela concessão da bolsa de estudos, que tornou esse sonho real.

Se eu tivesse que descer nesta estação, faria isso com o coração tranquilo, pois sei que percorri esse caminho rodeado por pessoas que enriqueceram minha trajetória e tornaram essa viagem ainda mais especial. Cada um de vocês é uma parte importante da minha história, e, juntos, construímos lembranças que sempre levarei comigo. Aos que permanecerão na jornada, desejo que sigamos com alegria, aprendizados e muitas outras partidas e chegadas. E, ao final, que possamos todos olhar para trás com o sentimento de missão cumprida, sabendo que fizemos a diferença na vida uns dos outros.

Quero, por fim, agradecer a todos que leram estas palavras, por estarem na minha vida e por terem viajado comigo no meu "trem da vida".

Dedico esta tese ao meu querido Vovô, Domingos Lovatto.

Meu Vovô partiu em 2022, mas seu legado segue vivo em mim. Ele foi um dos maiores incentivadores da minha trajetória acadêmica e jurídica, sempre acompanhando com orgulho cada passo da minha jornada. Durante a pandemia, fazia questão de assistir a todas as minhas apresentações, vibrando com cada conquista.

Lembro com carinho das férias em que ele me fazia ler em voz alta, sempre atento a minha entonação, ensinando-me a dar mais vida às palavras. Essas lições simples, mas profundas, hoje me tornaram quem eu sou. Vovô acreditava que a prática e a dedicação eram essenciais para o crescimento, e suas palavras ecoaram em todos os momentos dessa caminhada.

Nascido em 1933, em uma realidade com poucas oportunidades, ele aprendeu a ler e a escrever com maestria, valorizando o conhecimento como um bem precioso. Ao lado da minha Vovó, Metilde Lovatto, criou seus cinco filhos com esforço e amor, sempre incentivando-os a estudar. Seu maior sonho era se formar em Direito, mas, embora não tenha realizado esse desejo, três de suas filhas o fizeram. Hoje, eu, sua neta, dedico a ele esta conquista, pois sei que este título de doutora também é, de certa forma, dele.

Vovô me ensinou que, mesmo com poucos recursos, é possível cultivar grandes sonhos. Sua dedicação à educação plantou em mim a semente que floresce nesta tese. Esta é minha homenagem a ele, que me mostrou, com seu exemplo, que o conhecimento transforma vidas e que os sonhos, mesmo não realizados por quem os sonha, podem se concretizar nas gerações futuras.

RESUMO

O sistema jurídico internacional tem enfrentado desafios na inter-relação entre o Direito Internacional do Mar e o Direito Internacional das Mudanças Climáticas, especialmente no que se refere à regulamentação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no transporte marítimo internacional. Essa complexa questão envolve as emissões provenientes tanto dos Estados desenvolvidos quanto dos Estados em desenvolvimento, além da aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades (CBDR-RC) oriundo do regime climático. Esse princípio, entretanto, entra em conflito com o da não discriminação e da igualdade de tratamento – o princípio da neutralidade da bandeira, que decorre do regime oceânico e da Organização Marítima Internacional (IMO), Organização Internacional competente para regular o setor. Diante desse cenário, foi estabelecido o seguinte problema de pesquisa: Em um mundo marcado pelo transporte marítimo internacional, com grandes impactos socioeconômicos e um contraste substancial nas emissões de gases de efeito estufa entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento, em que medida o Princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas e respectivas Capacidades pode ser aplicado pelo Direito Internacional do Mar no controle equitativo da poluição marítima decorrente das emissões de gases de efeito estufa pelos Estados em desenvolvimento? A fim de responder o problema de pesquisa, delineou-se como objetivo geral analisar a interação entre o Direito Internacional do Mar e o Direito Internacional das Mudanças Climáticas no controle das emissões de gases de efeito estufa oriundas do transporte marítimo internacional, por meio de uma releitura da aplicação do Princípio CBDR-RC, especialmente no que se refere à distribuição equitativa de responsabilidades entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento. Para tanto, a tese é dividida em duas partes. Enquanto a primeira parte busca analisar a conexão entre os oceanos e as mudanças climáticas, sob as dimensões físico-natural, institucional e normativa, a segunda objetiva compreender diretamente a relação entre o transporte marítimo internacional e o princípio CBDR-RC, analisando a interação entre o Direito Internacional do Mar e o Direito Internacional das Mudanças Climáticas. Nessa conjuntura, são apresentados os cinco objetivos específicos da tese, que se expressam em seus Capítulos: (I) Compreender a dimensão físico-natural dos oceanos e das mudanças climáticas; (II) Analisar a dimensão institucional do Direito Internacional das Mudanças Climáticas na problemática oceânica, compreendendo as principais instituições internacionais que lidam com a questão climática; (III) Investigar a dimensão normativa das mudanças climáticas e dos oceanos; (IV) Compreender o transporte marítimo internacional no contraste entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento e o princípio CBDR-RC; (V) Interpretar a aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades pelo Direito Internacional do Mar. Dessa forma, adotou-se o método de pesquisa hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa exploratória e bibliográfica. Conclui-se que o princípio CBDR-RC pode ser aplicado pelo Direito Internacional do Mar no controle equitativo das emissões de GEE no transporte marítimo internacional, permitindo que os Estados em desenvolvimento, apesar de suas limitações, adotem medidas adequadas para reduzi-las, respeitando obrigações comuns, porém diferenciadas, com base nas capacidades nacionais.

Palavras-chave: Transporte marítimo internacional. Responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades. Estados desenvolvidos e em desenvolvimento. Direito Internacional do Mar. Direito Internacional das Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

The international legal system has faced challenges in the interplay between the Law of the Sea and International Climate Change Law, particularly regarding the regulation of greenhouse gas (GHG) emissions in international maritime transport. This complex issue involves emissions from both developed and developing countries, as well as the application of the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR-RC) derived from the climate regime. However, this principle conflicts with the principle of non-discrimination and equality of treatment – the principle of flag neutrality – which stems from the maritime regime and the International Maritime Organization (IMO), the competent international organization to regulate the sector. In this context, the following research question has been established: In a world marked by international maritime transport, with significant socio-economic impacts and a substantial contrast in greenhouse gas emissions between developed and developing countries, to what extent can the Principle of Common but Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities be applied by the Law of the Sea in the equitable control of marine pollution arising from greenhouse gas emissions by developing countries? To address this research question, the general objective is to analyze the interaction between the Law of the Sea and International Climate Change Law in the control of greenhouse gas emissions originating from international maritime transport, through a re-reading of the application of the CBDR-RC principle, particularly regarding the equitable distribution of responsibilities between developed and developing countries. To this end, the thesis is divided into two parts. While the first part aims to analyze the connection between oceans and climate change from the physical-natural, institutional, and normative dimensions, the second aims to directly understand the relationship between international maritime transport and the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, analyzing the interaction between the Law of the Sea and International Climate Change Law. In this framework, the five specific objectives of the thesis are presented, which are addressed in its chapters: (I) To understand the physical-natural dimension of oceans and climate change; (II) To analyze the institutional dimension of International Climate Change Law in the oceanic issue, identifying the main international institutions dealing with the climate issue; (III) To investigate the normative dimension of climate change and oceans; (IV) To understand international maritime transport in the contrast between developed and developing countries and the CBDR-RC principle; (V) To interpret the application of the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities by the Law of the Sea. Thus, the hypothetical-deductive research method and exploratory and bibliographic research techniques were adopted. It is concluded that the CBDR-RC principle can be applied by the Law of the Sea in the equitable control of GHG emissions in international maritime transport, allowing developing countries, despite their limitations, to adopt appropriate measures to reduce them, while respecting common but differentiated obligations based on national capabilities.

Keywords: International Maritime Transport. Common but Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities. Developed and Developing Countries. International Law of the Sea. International Climate Change Law.